

## APRESENTAÇÃO

O número 3 da Revista Espaço de Diálogo e Desconexão traz alguns temas importantes do trabalho contemporâneo, das atuais instituições sindicais, dos processos produtivos das empresas na adoção da flexibilização de seus procedimentos. Apresentamos, também, algumas abordagens mais históricas da construção dos direitos e das leis sociais pertinentes ao *welfare state* – estado de bem estar social. Desnecessário dizer que os pontos de vista expressos na revista são de responsabilidade de seus autores. Colaboraram na edição da revista Janaina de Oliveira, Gessica Trevizan Pera, Joyce Anselmo, Mariana Tonussi Milano e Guilherme Carvalho.

Tem-se que uma lei de trabalho abrangente seria votada na Itália dos anos 70 do século XX, qual seja o *Statuto dei Lavorati* – Estatuto dos Trabalhadores. Regulamentando condições de negociação de contratos e de formação de sindicatos, o cumprimento da lei seria objeto de intensas atividades sindicais e políticas. Ainda assim, a globalização, iniciada nos 80, traria as segmentações do mercado de trabalho entre trabalhadores permanentes e terceirizados, trabalhadores em tempo integral e trabalhadores em tempo parcial, erodindo a regulamentação legal do trabalho. Muitas outras segmentações, dividem o mercado de trabalho, do que, evidentemente, a Itália também não escaparia.

Publicamos, neste número 3 da Revista Espaço do Diálogo e Desconexão, o excelente artigo de Luciano Gallino sobre o homem flexível. Temos, assim, o privilégio de publicar um dos mais eminentes nomes da Sociologia do Trabalho italiana. Diário Póstumo de Um Flexível retrata a vida cotidiana de homens e mulheres submetidos à tirania de um mercado de trabalho cruel, sem regulamentações e sem direitos. De um mercado de trabalho que desumaniza e que impede o acesso aos direitos básicos dos cidadãos como proteção social, atendimento médico e vida familiar. Retratada através de um diário escrito por um trabalhador flexível, esta vida racionalizada pela razão instrumental do trabalho destrói os eventos normais do dia a dia das pessoas, desde o encontro diário entre marido e mulher, até o roubo do tempo para ir ao médico.

Seguindo esta trilha, publicamos artigo de Guilherme Pereira em que estuda alguns efeitos da precarização do trabalho em empresas de produção de papel e celulose, via terceirização. Partindo o efetivo de trabalhadores entre temporários e permanentes, os trabalhadores que sofreram o *outsourcing* perdem direitos sociais e econômicos, deixando para trás as condições de emprego em suas firmas originárias. Paralelamente ocorrem reduções no volume global de empregos. Um dos efeitos observados em sua pesquisa seria a segmentação dos trabalhadores que passam a se auto reconhecerem como trabalhadores comprometidos, ou seja, comprometidos com a produção e sua qualidade. De acordo com eles, o trabalhador terceirizado realizaria um trabalho de pior qualidade, sem compromisso. Tais desigualdades e hierarquias se expressam no acesso ou não a algumas vantagens, entre as quais os planos de participação nos resultados, entre outras. Ainda neste caminho, Luiz Carlos Mariano Rosa resenha Baudrillard (1993) e sugere algumas dimensões da flexibilidade contemporânea e aponta as, cada vez mais tênues diferenças entre o social e sua representação.

Raquel Duaibs nos traz o destaque para as atuais mudanças nas práticas do sindicato dos metalúrgicos do ABC – SMABC. Adequa-se aos novos tempos e novos perfis do trabalho. Três modificações sobressaem-se sobre as demais. Uma delas remete a mudanças nas formas de negociação dos contratos de trabalho que tendem a serem feitas diretamente com a sede internacional das empresas e tiveram como resultados relativa reversão no quadro de desemprego e estabilidade do emprego no setor automotivo. Igualmente pode-se citar as tentativas de formar sindicato nacional de metalúrgicos para negociar contratos em âmbito nacional. Outra seria um reestruturação negociada que uniu sindicato e empresa em planos de qualificação e escolarização dos trabalhadores. Fruto de seu sucesso surgiria o Programa de Qualificação para Empregabilidade – PQE – projeto em desenvolvimento naquela região. Uma terceira linha de intervenção reside nas tentativas de eliminar a obrigatoriedade legal da cobrança compulsória do imposto sindical. Há dez anos o SMABC tenta terminar com esta obrigatoriedade.

Num recorte alternativo ao estudo das práticas sindicais, Mauro Koury investiga o pensamento das lideranças sindicais e foca ciência e tecnologia. Sua pesquisa foi realizada no estado de Pernambuco e seus resultados sugerem lideranças comprometidas com as memórias das lutas sindicais passadas e preocupadas com a hierarquia, com a dominação.

Três outros artigos, nesta edição da revista, têm como tema as condições da cidadania e dos direitos sociais do trabalho em uma perspectiva histórica. Luciano Barandiaran envereda pela cunha da comparação entre Brasil e Argentina, no período de 1940 a 1964. Propõe um acento sobre a particularidade do caso argentino em que a regulamentação do trabalho rural – Estatuto del Peon – nos anos 40 mobilizaria para apoio das lideranças populistas as massas rurais, diferentemente do Brasil em que apenas nos anos 60 ocorreriam lei e direitos para os contratos de trabalho rural e legalidade para seus sindicatos. Em outra perspectiva histórica, Rachel de Oliveira foca as condições em que a trabalhadora doméstica é reiteradamente excluída das vantagens de contratos legais de trabalho. Para tanto, a autora passa em revista algumas das principais literaturas sociológicas sobre seu tema. Finalmente, Eduardo Diniz nos traz algumas reflexões sobre as segmentações do trabalho a luz da fluidez da sociedade de controle e do trabalho imaterial, lado a lado às maiores identidades da sociedade disciplinar.

Apresentamos, ainda, algumas reflexões sobre trabalho e políticas públicas no Brasil hoje. Rodrigo dos Santos apresenta uma interessante interpretação do atual estatuto dos limites entre mundo rural e urbano, diferenças estas cada vez mais tênues e imbricadas. Estuda a questão através das proposições de políticas públicas no Plano Diretor da Cidade de Araraquara, 2005 a 2006. Pedro Raposo, por sua vez, aborda as intervenções do estado sobre a indústria pesqueira na Amazônia nas últimas décadas. Coloca em relevo algumas mudanças empreendidas e suas conseqüências para o desequilíbrio ecológico do plantel ecológico e deslocamentos da pesca artesanal.

A última parte da revista corresponde à reprodução da entrevista com o sindicalista Elio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo – FERAESP – feita por Mariana Milano e Gessica Pera. Alguns aspectos da atual prática sindical podem ser acompanhadas com a sua leitura.

Leila de Menezes Stein.